

RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADO
1º SEMESTRE 2017

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

Av. Álvares Cabral, n.º 41 - 1269-276 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503024856
Capital Social: 50.000.000 €

Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado	3
1.1 Principais indicadores da actividade.....	4
1.2 Órgãos Sociais.....	5
1.3 Enquadramento económico	6
1.3.1 Breve enquadramento macroeconómico	
1.3.2 Breve enquadramento do setor Segurador	
1.4 A Atividade Consolidada da GNB Seguros Vida	7
1.5 Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários	10
2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo Integrante	11
2.1 Conta de ganhos e perdas	12
2.2 Demonstração do Rendimento Integral	13
2.3 Demonstração da posição financeira.....	14
2.4 Demonstração das variações do Capital Próprio	16
2.5 Demonstração dos fluxos de caixa	17
2.6 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	18

1. Relatório de Gestão Consolidado

1.1 - Principais Indicadores de Atividade

(em milhões de euros)

Varáveis de Balanço	Junho 17	dezembro 16	Var.
Ativo	5.359,8	5.455,3	-1,8%
Liquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	5.203,6	5.296,9	-1,8%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	1.252,8	1.333,6	-6,1%
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de Investimento	3.056,6	3.262,0	-6,3%
Capital Próprio e Interesses Minoritários	450,5	398,4	13,1%
Varáveis de Ganhos e Perdas (+ Provetos / - Custos)	Junho 17	Junho 16	Var.
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-126,3	-96,1	-31,4%
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-0,6	0,9	-172,4%
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	92,2	66,2	39,3%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-0,5	-0,2	-120,8%
Custos e gastos de exploração líquidos	-12,9	-13,9	7,5%
Atividade Financeira Líquida	15,5	-32,6	147,6%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	46,0	55,8	-17,5%
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-7,0	-52,1	86,6%
Perdas de Imparidade	-8,5	-30,1	71,8%
Diferenças de Câmbio	-15,0	-6,0	-149,1%
Resultado Líquido do exercício	5,4	-49,5	110,9%

1.2 - Órgãos Sociais

A 30 de Junho de 2017, a composição dos Órgãos Sociais da GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (GNB Seguros Vida) é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Lourenço Nascimento da Cunha (Presidente)
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho (Secretário)

Conselho de Administração

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos (Presidente)
Manuel António Ricardo Romão da Costa Braz (Vogal)
José António Rodrigues Nunes Coelho (Vogal)

Conselho Fiscal

António Joaquim Andrade Gonçalves (Presidente)
José Maria Ribeiro da Cunha (Vogal efetivo)
Joaquim Manuel da Silva Neves (Vogal efetivo)
Paulo Ribeiro da Silva (Vogal suplente)

Revisores Oficiais de Contas

Revisor Oficial de Contas Efetivo: PricewaterhouseCoopers, Lda., S.A. representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia ou José Manuel Henriques Bernardo.

Revisor Oficial de Contas Suplente: Carlos José Figueiredo Rodrigues (Revisor Oficial de Contas).

1.3 - Enquadramento económico

1.3.1 - Breve enquadramento macroeconómico

O 1º semestre de 2017 ficou marcado pelo prolongamento do ciclo de expansão da actividade nas principais áreas económicas. O crescimento foi suportado pelos efeitos de estímulos monetários e orçamentais, pelos progressos nos ajustamentos de balanço dos diversos sectores institucionais e pela resiliência dos níveis de confiança perante diversos riscos políticos. Nos EUA, o PIB cresceu 1.4% (em termos anualizados) no 1º trimestre e 2.5% a 3% no 2º trimestre, neste caso com a recuperação suportada, do lado da procura, pelo consumo privado e, do lado da oferta, pela actividade industrial. No Japão, o crescimento do PIB terá subido de 1% (anualizado) no 1º trimestre para cerca de 2.5% no 2º trimestre. Estes registos são superiores ao crescimento potencial e traduzem-se no maior ciclo de expansão da economia japonesa da última década. Na Zona Euro, a actividade económica acelerou nos primeiros 6 meses do ano, suportada pelo investimento, pelo consumo privado e pelas exportações, com registos de crescimento do PIB de 0.6% QoQ (2.4% em termos anualizados) no 1º trimestre e uma expectativa de 0.6%-0.7% QoQ no 2º trimestre. O PIB da China cresceu 6.9% em termos homólogos no 1º trimestre, acima do esperado e em aceleração face aos últimos três meses de 2016. No 2º trimestre, a economia chinesa ter-se-á expandido 6.8% em termos homólogos, sustentando um cenário de abrandamento apenas gradual da actividade, em função dos estímulos selectivos de política levados a cabo pelas autoridades. O maior dinamismo da actividade económica global na primeira metade de 2017, com sinais positivos ao nível do investimento e do comércio internacional, traduziu-se, nas principais economias avançadas, numa redução da capacidade produtiva excedente.

Em Portugal, o PIB cresceu 1% QoQ e 2.8% YoY no 1º trimestre de 2017, esperando-se um registo em torno de 3% YoY no 2º trimestre. A expansão da actividade económica na primeira metade do ano assentou no dinamismo das exportações, do investimento e do consumo privado. Merece destaque o forte dinamismo das exportações de serviços do turismo, que cresceram 12.4%, em termos nominais e homólogos, no 1º trimestre. Esta evolução suportou a redução da taxa de desemprego (de 10.1% para 9.4% da população activa entre Janeiro e Maio), bem como o dinamismo do mercado imobiliário, com os preços da habitação a crescerem 7.9% YoY no 1º trimestre. A confiança dos consumidores atingiu, em Junho, um máximo de 31 anos. A redução do défice público (para 2% do PIB em 2016) e a saída do Procedimento por Défices Excessivos (em Junho), conjugadas com a melhoria do outlook para o crescimento e com o recuo dos riscos políticos na Zona Euro, contribuíram para um estreitamento de 100 bps no spread dos títulos de dívida pública a 10 anos face ao Bund alemão, para 256 bps. No conjunto do 1º semestre, a yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos diminuiu de 3.764% para 3.027%.

1.3.2 - Breve enquadramento do setor Segurador

Com uma amostra de cerca de 98,3% do mercado¹, o volume de produção agregada do mercado segurador no 1º semestre de 2017 atingiu os 5.480 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 2,8% relativamente a igual período de 2016. Este desempenho foi sobretudo consequência da evolução observada no ramo Não Vida, que registou um acréscimo de 7,4% face a igual período do ano anterior. O ramo Vida registou um decréscimo da sua produção, de 0,2%.

¹ Fonte: APS (Dados atualizados a junho 2017)

A diminuição, apresentada no primeiro semestre de 2017 no Ramo Vida, foi influenciada principalmente pela redução dos produtos de capitalização, segmento mais expressivo do Ramo, com um decréscimo de 8,6%, o que corresponde a uma redução do volume em 169,8 milhões de euros.

Milhares de euros	junho 17	junho 16	Var.
PORTUGAL RAMO VIDA	3.260.519	3.266.859	-0,2%
RISCO	490.376	494.984	-0,9%
- Rendas Vitalícias	20.971	30.056	-30,2%
- Restantes Produtos Risco	469.406	464.928	1,0%
FINANCEIROS	2.770.142	2.771.875	-0,1%
- Produtos de Capitalização	1.797.755	1.967.551	-8,6%
- Não ligados a Fundos de investimento	747.804	1.157.509	-35,4%
- Ligados a Fundos de investimento	1.049.950	810.042	29,6%
- PPR	972.388	804.325	20,9%
- Não ligados a Fundos de investimento	822.568	783.359	5,0%
- Ligados a Fundos de investimento	149.820	20.965	614,6%
RAMO NÃO VIDA - Seguro Directo	2.219.665	2.065.976	7,4%
TOTAL DO MERCADO	5.480.184	5.332.836	2,8%

Em relação às Provisões Matemáticas do Ramo Vida, que regista o montante em stock gerido pelas Companhias de Vida, verifica-se uma manutenção do volume quando comparado com junho de 2016, de cerca de 38.983 milhões de euros sob gestão.

1.4 - A Atividade Consolidada da GNB Seguros Vida

Aspetos relevantes da atividade e resultados

Nos primeiros meses do ano, a atividade da Companhia registou um abrandamento, que conduziu a uma redução de 6,3% do volume das responsabilidades sob a sua gestão, face a Dezembro de 2016.

O volume da produção da GNB Seguros Vida no 1º semestre de 2017, agregando a produção dos contratos de seguro e os tratados no âmbito do IAS 39 (Unit Linked e produtos sem participação nos resultados), ascendeu a cerca de 75,2 milhões de euros (um decréscimo de 12,5% face ao período homólogo do ano anterior).

Neste contexto, em Junho de 2017, a Companhia apresentou um resultado líquido consolidado de 5,4 milhões de euros, resultante sobretudo do contributo da atividade financeira.

Milhares de euros	junho 17	junho 16	Var.
TOTAL GNB SEGUROS VIDA - Seguro Direto	75.197	85.977	-12,5%
PORTUGAL	75.158	85.903	-12,5%
RISCO	29.640	28.704	3,3%
- Rendas Vitalícias	167	0	100,0%
- Restantes Produtos Risco	29.473	28.704	2,7%
FINANCEIROS	45.518	57.199	-20,4%
- Produtos de Capitalização	25.475	39.313	-35,2%
- Não ligados a Fundos de investimento	4.116	5.537	-25,7%
- Ligados a Fundos de investimento	21.359	33.776	-36,8%
- PPR	20.043	17.886	12,1%
- Não ligados a Fundos de investimento	17.030	14.574	16,9%
- Ligados a Fundos de investimento	3.013	3.312	-9,0%
ESPANHA	39	75	-47,6%
CONTRATOS DE SEGUROS	49.443	44.602	10,9%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	25.754	41.300	-37,6%

No mercado do ramo vida, em Junho de 2017, a GNB Seguros Vida tem uma quota de mercado² de prémios de 2,0% (2,2% em Junho de 2016).

- Nos PPR's, a produção alcançou os 20 milhões de euros, com um acréscimo de 12,1%.
- Os produtos de Capitalização, registaram um decréscimo face a junho de 2016, na ordem dos 13.8 milhões de euros, representativo de um decréscimo de 35,2%.
- Os produtos de Risco, com um volume de produção de 29,6 milhões de euros, apresentam um ligeiro acréscimo face ao ano anterior (3,3%).

Os custos com sinistros liquidados de resseguro no âmbito da IFRS4, apresentam um crescimento relevante na ordem dos 31,4%, com um valor de 126,3 milhões de euros registados no 1º semestre de 2017 (face aos 96,1 milhões de euros registados em igual período de 2016), sobretudo devido aos resgates dos produtos de capitalização.

As provisões técnicas de seguro direto diminuíram em 6,1%, de 1.334 milhões de euros em dezembro de 2016 para 1.253 milhões de euros em junho de 2017. De igual forma, os passivos por contratos de investimento viram decrescer o seu volume em 6,3%, passando de 3.262 milhões de euros apresentados em dezembro de 2016 para 3.057 milhões de euros verificados em Junho de 2017, verificando-se assim uma diminuição do volume global de responsabilidades sob gestão da companhia no primeiro semestre de 2017.

O activo contribuiu com um decréscimo de 1,8% (5.455 milhões de euros em dezembro de 2016 para os atuais 5.360 milhões de euros), influenciados pelos movimentos atrás referidos.

Os custos operacionais da GNB Seguros Vida durante os primeiros 6 meses de 2017 aumentaram 24,5%, atingindo um valor de 4,3 milhões de euros, face aos 3,5 milhões euros registados em igual período de 2016.

Ao nível do resultado líquido, este passa de -49,5 milhões de euros em junho de 2016, para os atuais +5,4 milhões de euros.

O capital próprio da Companhia em Junho de 2017 atingiu os 451,0 milhões de euros, tendo registado um aumento de 13,1% em relação ao verificado em Dezembro de 2016 (388,9 milhões de euros).

² Fonte: APS (Dados atualizados a junho 2017)

A Companhia encontra-se a desenvolver o processo respeitante à implementação do regime de solvência II. Neste contexto, ao abrigo da Circular nº1/2015, de 16 de Julho, entretanto complementada pela Norma 6/2015, de 17 de Dezembro, ambas relativas aos pedidos de aprovação para utilização de medidas relativas aos requisitos quantitativos no âmbito do regime Solvência II, a GNB Vida submeteu à apreciação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) o Pedido de Aprovação para aplicação do regime transitório no respeitante às provisões técnicas e ajustamento de volatilidade, tendo o mesmo sido aceite no decorrer de 2016.

De acordo com o ponto 4 do Artigo 20º da Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, caso a Companhia não cumpra o requisito de capital de solvência no primeiro ano de aplicação, a ASF exige que se tomem as medidas necessárias para aumentar o nível de fundos próprios elegíveis ou para reduzir o perfil de risco da seguradora, a fim de assegurar o cumprimento do requisito de capital de solvência até 31 de dezembro de 2017.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível em 30 de Junho de 2017, que a Companhia cumpre com o requisito de capital de solvência II, tendo em consideração a aplicação do regime transitório no respeitante às provisões técnicas e ajustamento de volatilidade.

Como nota final, gostaríamos de referir que o conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., não tendo sido sujeito a nenhuma revisão limitada por parte de auditores externos.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Acionista depositaram na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, determinantes para o desempenho e resultados obtidos pela GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., durante os primeiros meses do ano.

O Conselho de Administração deseja expressar ainda o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pela Associação Portuguesa de Seguradores e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 27 de Julho de 2017

O Conselho de Administração

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos

José António Rodrigues Nunes Coelho

Manuel António Ricardo Romão da Costa Braz

1.5 - Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da GNB Seguros Vida foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas consolidadas da GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., todos relativos ao 1º semestre do exercício de 2017, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

<u>Nome</u>	<u>Função</u>
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	Presidente do Conselho de Administração
José António Rodrigues Nunes Coelho	Vogal do Conselho de Administração
Manuel António Ricardo Romão da Costa Braz	Vogal do Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos Integrantes

2.1 – Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	junho 2017			junho 2016
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
		Valores em euros			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	28.053.981		28.053.981	21.860.491
Prémios brutos emitidos		49.443.457		49.443.457	44.676.882
Prémios de resseguro cedido		(21.120.659)		(21.120.659)	(22.593.390)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(268.817)		(268.817)	(220.838)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-		-	(2.163)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	8.674.641		8.674.641	7.307.636
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7	(126.318.569)		(126.318.569)	(96.107.922)
Montantes pagos		(129.963.276)		(129.963.276)	(99.092.648)
Montantes brutos		(135.027.721)		(135.027.721)	(105.602.187)
Parte dos resseguradores		5.064.445		5.064.445	6.509.539
Provisão para sinistros (variação)		3.644.707		3.644.707	2.984.726
Montante bruto		1.880.508		1.880.508	3.274.304
Parte dos resseguradores		1.764.199		1.764.199	(289.578)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8	(633.927)		(633.927)	875.639
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9	92.173.768		92.173.768	66.192.803
Montante bruto		92.589.306		92.589.306	66.834.816
Parte dos resseguradores		(415.538)		(415.538)	(642.013)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	10	(519.071)		(519.071)	(235.132)
Custos e gastos de exploração líquidos	11	(12.891.460)		(12.891.460)	(13.938.360)
Custos de aquisição		(10.137.501)		(10.137.501)	(8.490.113)
Custos de aquisição diferidos (variação)		-		-	(758)
Gastos administrativos		(2.482.598)		(2.482.598)	(4.446.822)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		(271.361)		(271.361)	(1.000.667)
Rendimentos	12	50.684.731	265.602	50.950.333	61.434.343
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		38.285.278	283.459	38.568.737	49.669.518
Outros		12.399.453	(17.857)	12.381.596	11.764.825
Outros gastos financeiros	13	(4.943.560)	-	(4.943.560)	(5.683.345)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	16	(12.279.122)	-	(12.279.122)	(8.462.450)
De ativos disponíveis para venda		24.633.921	-	24.633.921	32.832.683
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		(37.113.396)	-	(37.113.396)	(47.351.752)
De outros		200.353	-	200.353	6.056.619
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	5.294.566	3.867	5.298.433	(43.673.694)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		11.550.210	3.867	11.554.077	(30.438.019)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(6.255.644)	-	(6.255.644)	(13.235.675)
Diferenças de câmbio	18	(15.034.615)	-	(15.034.615)	(6.034.938)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	19	3.698.867	-	3.698.867	(4.299.676)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	20	(8.487.725)	-	(8.487.725)	(30.136.514)
De ativos disponíveis para venda		(8.487.725)	-	(8.487.725)	(30.136.514)
De outros		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	21	(81.873)	-	(81.873)	(11.139)
Outras provisões (variação)		-	-	-	(822.727)
Outros rendimentos/gastos	22	-	(7.398)	(7.398)	(322.553)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	23	-	-	-	(3.600)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		7.390.632	262.071	7.652.703	(52.061.138)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	34	-	(227.505)	(227.505)	(36.996)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	34	-	(2.010.851)	(2.010.851)	3.424.484
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES MINORITÁRIOS		-	-	5.414.347	(48.673.650)
Interesses minoritários		-	-	(37.565)	(823.633)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	5.376.782	(49.497.283)
Resultado por ação básico				0,11	-0,99

2.2 – Demonstração do Rendimento Integral

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
30 DE JUNHO DE 2017 E DE 30 DE JUNHO DE 2016

	Notas do Anexo	2017	2016
Resultado líquido do exercício		5.376.782	(49.497.283)
Variação das reservas de reavaliação			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda	20	8.487.725	30.136.514
Imparidades dos ativos financeiros deter até a maturidade		-	-
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda		(23.925.633)	(28.469.278)
Amortização da reserva de ativos financeiros deter até a maturidade		-	-
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		84.591.589	(4.086.988)
Variação dos impostos correntes e diferidos	34	(16.965.014)	661.136
Outras variações de capital próprio			
<i>Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	42	(4.157.757)	1.446.011
Total do rendimento integral		53.407.692	(49.809.888)

2.3 – Demonstração da posição financeira

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

ATIVO CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO 2016

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	junho 2017	dezembro 2016
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	24	155.626.473	132.526.001
Ativos financeiros detidos para negociação	25	16.621.211	14.814.215
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	26	1.117.242.104	1.190.897.178
Ativos disponíveis para venda	27	3.354.508.163	3.618.289.613
Empréstimos e contas a receber	28	139.678.668	145.355.714
Outros depósitos		94.530.006	93.104.305
Empréstimos concedidos		45.148.662	52.251.409
Terrenos e edifícios	29	419.516.645	194.599.705
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		419.516.645	194.599.705
Outros ativos tangíveis	30	7.768.964	443.964
Outros ativos intangíveis	31	9.582.617	147.800
Provisões técnicas de resseguro cedido	32	7.811.629	6.355.483
Provisão para prêmios não adquiridos		9.713	15.255
Provisão matemática do ramo vida		1.811.776	2.227.314
Provisão para sinistros		5.872.080	4.107.881
Provisão para participação nos resultados		118.060	5.033
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33	79.376.990	65.276.366
Contas a receber por operações de seguro direto		849.065	731.113
Contas a receber por outras operações de resseguro		21.736	270.369
Contas a receber por outras operações		78.506.189	64.274.884
Ativos por impostos	34	67.943.014	84.910.501
Ativos por impostos correntes		20.334.829	19.989.330
Ativos por impostos diferidos		47.608.185	64.921.171
Acréscimos e diferimentos	35	780.569	1.448.088
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	36	263.000	263.000
TOTAL ATIVO		5.376.720.047	5.455.327.628

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Valores em euros	
		junho 2017	dezembro 2016
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	32	1.252.807.133	1.333.566.775
Provisão para prémios não adquiridos		3.447.939	3.196.409
Provisão matemática do ramo vida		1.204.437.369	1.288.948.963
Provisão para sinistros do ramo vida		30.287.785	31.868.681
Provisão para participação nos resultados		11.969.706	7.522.315
Provisão para compromissos de taxa		2.664.334	2.030.407
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	37	3.056.550.311	3.261.980.381
Outros passivos financeiros	38	411.963.389	297.569.561
Passivos subordinados		90.069.328	90.076.020
Depósitos recebidos de resseguradores		7.954	7.954
Outros		321.886.107	207.485.587
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	105.380	101.393
Outros credores por operações de seguros e outras operações	39	121.609.042	91.641.714
Contas a pagar por operações de seguro directo		10.417.292	14.121.807
Contas a pagar por outras operações de resseguro		8.449.798	8.432.057
Contas a pagar por outras operações		102.741.952	69.087.850
Passivos por impostos	34	2.099.674	4.425.856
Passivos por impostos correntes		2.099.674	4.425.856
Passivos por impostos diferidos		-	-
Acréscimos e diferimentos	40	34.488.040	38.298.454
Outras Provisões	41	29.671.302	29.384.029
TOTAL PASSIVO		4.909.294.271	5.056.968.163
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	42	50.000.000	50.000.000
Reservas de reavaliação		70.745.632	5.749.709
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		77.412.294	9.565.657
De diferenças de câmbio		(6.666.662)	(3.815.948)
Reserva por impostos		(18.478.914)	(1.513.900)
Outras reservas		52.976.427	52.976.427
Resultados transitados		281.273.441	366.750.456
Resultado do exercício		5.376.782	(85.477.015)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		441.893.368	388.485.677
Interesses Minoritários		8.608.443	9.873.788
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS		450.501.810	398.359.465
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO		5.359.796.081	5.455.327.628

2.4 – Demonstração das variações do Capital Próprio

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DEZEMBRO DE 2015

	Capital	Prestações suplementares	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio	Interesses minoritários	
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas				Outros	Total de Capital Próprio e interesses minoritários
Balanco a 1 de Janeiro de 2016	50.000.000	-	5.066.395	(3.111.763)	50.000.000	3.040.271	268.740.899	98.009.557	471.745.359	16.260.686	488.006.045
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.322.610	-	-	-	-	-	7.322.610	-	7.322.610
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(9.742.362)	-	-	-	-	-	(9.742.362)	-	(9.742.362)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	661.136	-	-	-	-	661.136	-	661.136
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	-	-	1.446.011	-	-	-	-	-	1.446.011	-	1.446.011
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	98.009.557	(98.009.557)	-	-	-
Total da variação do capital próprio	-	-	(973.741)	661.136	-	-	98.009.557	(98.009.557)	(312.605)	-	(312.605)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(49.497.283)	(49.497.283)	-	-	(49.497.283)
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.870.146	4.870.146
Balanco a 30 de Junho de 2016	50.000.000	-	4.092.654	(2.450.627)	50.000.000	3.040.271	366.750.456	(49.497.283)	421.935.471	21.130.832	443.066.303
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(3.610.247)	-	-	-	-	-	(3.610.247)	-	(3.610.247)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	4.709.825	-	-	-	-	-	4.709.825	-	4.709.825
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	936.727	-	-	-	-	936.727	-	936.727
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	-	-	557.477	-	-	(63.844)	-	-	493.633	-	493.633
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.260.686)	(16.260.686)
Total da variação do capital próprio	-	-	1.657.055	936.727	-	(63.844)	-	-	2.529.938	(16.260.686)	(13.730.748)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(35.979.732)	(35.979.732)	-	(606.219)	(36.585.951)
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.611.861	5.611.861
Balanco a 31 de Dezembro de 2016	50.000.000	-	5.749.709	(1.513.900)	50.000.000	2.976.427	366.750.456	(85.477.015)	388.485.677	9.873.788	398.359.465
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	72.004.395	-	-	-	-	-	72.004.395	-	72.004.395
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(2.850.715)	-	-	-	-	-	(2.850.715)	-	(2.850.715)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	(16.965.014)	-	-	-	-	(16.965.014)	-	(16.965.014)
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	-	-	(4.157.757)	-	-	-	-	-	(4.157.757)	-	(4.157.757)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	(85.477.015)	85.477.015	-	-	-
Total da variação do capital próprio	-	-	64.995.923	(16.965.014)	-	-	(85.477.015)	85.477.015	48.030.909	-	48.030.909
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.376.762	5.376.762	-	(37.565)	5.339.217
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.227.781)	(1.227.781)
Balanco a 30 de Junho de 2016	50.000.000	-	70.745.632	(18.478.914)	50.000.000	2.976.427	281.273.441	5.376.782	441.893.368	8.608.442	450.501.810

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Ver, adicionalmente, nota 42.

2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 31 DE DEZEMBRO 2016

	2017	2016
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	50.776.818	93.061.458
Operações de Resseguro	1.500.402	31.175
Operações com contratos de investimento	25.708.734	65.185.805
Outras Atividades Operacionais	3.595	18.843
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(127.229.500)	(181.477.924)
Operações de Resseguro	(25.766.547)	(59.734.134)
Operações com contratos de investimento	(287.416.254)	(737.245.042)
Comissões	(12.447.723)	(18.720.761)
Participação de Resultados	-	(297.150)
Outras Atividades Operacionais	(92.116)	(116.364)
C Pagamentos ao Pessoal	(972.281)	(3.161.440)
D Pagamentos a Fornecedores	(6.515.821)	(9.156.594)
E Outros pagamentos e recebimentos	1.183.401	1.009.066
F Impostos e Taxas	(11.325.770)	(21.845.319)
G Impostos sobre o rendimento	(560.894)	30.345.174
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	(393.153.955)	(842.103.207)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	11.225.864.464	23.859.038.744
Alienação de Imobilizado	-	9.280
Dividendos	2.853.556	17.796.265
Juros	41.134.164	84.843.923
Outros Rendimentos	6.613.169	2.297.159
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(10.857.910.774)	(23.315.479.870)
Aquisição de Imobilizado	(145.915)	(80.169)
Despesas de gestão, manutenção e outras	(1.002.256)	(2.362.219)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	417.406.407	646.063.113
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
K Pagamentos		
Juros sobre Empréstimos	(1.151.981)	(2.385.406)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(1.151.981)	(2.385.406)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	23.100.472	(198.425.500)
L Caixa e seus equivalentes no início do exercício	132.526.001	330.951.501
M Caixa e seus equivalentes no final do exercício	155.626.473	132.526.001

2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA

A Companhia foi constituída em 28 de Junho de 1993, e tem como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, que se iniciou em 1 de Janeiro de 1994. A Sucursal de Espanha, com sede em Madrid, iniciou a sua atividade em Junho de 1996, tendo encerrado em Maio de 2016 e estando atualmente a Companhia a operar em Espanha em regime de livre prestação de serviços. Em Agosto de 2006, a Companhia anteriormente designada Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. como resultado da operação efetuada entre o Banco Espírito Santo, S.A. e a Companhia Crédit Agricole, alterou a sua designação para BES-Vida, Companhia de Seguros S.A. (“Bes-Vida”, “Companhia” ou “Grupo”).

Em Maio de 2012 o Banco Espírito Santo, S. A. adquiriu o controlo da Companhia ao Crédit Agricole Assurance, S.A.

Na sequência da deliberação de 03 de Agosto de 2014 do Banco de Portugal, onde foi constituído o Novo Banco, S.A., a Companhia em 18 de Dezembro alterou o seu nome para GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A (“GNB – Seguros Vida” ou “Companhia”).

A Companhia emitiu em 2002 dívida subordinada no montante de 90 milhões de euros que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon (ver nota 38).

De acordo com a IFRS 10 o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial, incluindo Fundos de Investimento:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	2007	2012	Portugal	Fundo de Investimento	82,79%
FUNGERE - Fundo Gestão Património Imobiliário	1997	2013	Portugal	Fundo de Investimento	53,94%
PORTUCALE	2000	2000	Portugal	Sociedades imobiliária	99,49%
NB - Global Enhancement	1999	2017	Luxemburgo	Fundo de Investimento	56,81%
NB - Opportunity Fund	2006	2017	Luxemburgo	Fundo de Investimento	81,17%
NB Património	1992	2017	Portugal	Fundo de Investimento	54,76%

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da GNB Seguros Vida agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 30 de Junho de 2017 e foram preparadas de acordo com as *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras e a Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, os imóveis de rendimento e os passivos financeiros associados a contratos de seguro em que o risco do investimento é suportado pelo tomador do seguro. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 18 de Agosto de 2016.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da GNB Seguros Vida e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis a Companhia referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas, relativamente a todos os períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária que excedam o valor do interesse não controlado na subsidiária são atribuídas ao Interesse não controlado.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas.

Entidades estruturadas

A Companhia consolida pelo método integral determinadas entidades estruturadas, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Companhia exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na IFRS 10, quando tiver de consolidar ativos ou fundos nas suas demonstrações financeiras, ou seja:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito sobre retornos variáveis resultantes do envolvimento com a investida;
- Possibilidade de utilizar seus poderes sobre a investida de forma a alterar os retornos atribuídos à Companhia.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Interesses não controlados versus passivos financeiros

Aquando da consolidação de fundos de investimento imobiliários/mobiliários pela Companhia, a percentagem detida por outros participantes nos respetivos fundos é registada como um passivo financeiro ou como interesses não controlados caso estes detenham ou não um direito atual de resgatar as respetivas unidades de participação. A percentagem detida por participantes (terceiros) é reconhecida como um passivo financeiro, quando existe a obrigação contratual do emitente reembolsar os detentores das unidades de participação, sempre que estes o solicitem (resgates), e reconhecida como interesses não controlados quando não existe esse direito.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas e quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Segue abaixo tabela resumo do Euro/Dólar para efeitos de conversão cambial

	2017		2016	
	Cambio		Cambio	
	Final	Médio	Final	Médio
EUR/USD	1,1412	1,083	1,0541	1,1069

2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias da IAS39:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Companhia designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

- *Empréstimos concedidos e contas a receber*

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) de ativos financeiros detidos até à maturidade e, (iv) empréstimos e contas a receber são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Os “Empréstimos concedidos e contas a receber” são mensurados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, sendo deduzidas quaisquer perdas de imparidade.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos a deter até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

A IAS 39 permite que uma entidade transfira “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação” para as carteiras de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber” ou para “Investimentos a deter até à maturidade”, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Empréstimos concedidos e contas a receber” e “Investimentos a deter até à maturidade” são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital a Companhia elegeu como critérios de imparidade o declínio de 30% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 12 meses. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada aumentando as reservas de reavaliação por ajustamento no justo valor de ativos financeiros quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Companhia, ou da contraparte.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos

passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor, ou os passivos financeiros que para evitar o “*accounting mismatch*” são registados ao justo valor.

2.7. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Números de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outros	5

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados. Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8. Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de

justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, na rubrica de “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”. As propriedades de investimento não são depreciadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.9. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja exetável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os gastos de desenvolvimento de ativos intangíveis GNB Seguros Vida são capitalizados quando:

- (i) a sua conclusão técnica é viável, de modo a que o intangível venha a estar disponível para uso;
- (ii) quando a Gestão tenciona completar o projeto;
- (iii) quando a forma como o intangível vai gerar benefícios económicos futuros seja demonstrável;
- (iv) quando existem recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento e utilização futura do intangível; e
- (v) as despesas incorridas durante a fase de desenvolvimento do intangível forem fiavelmente mensuráveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis são registados como gastos quando incorridos. Tais gastos não são reconhecidos como ativos em períodos subsequentes.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – *Locações*. “São

classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais”.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.11. Benefícios concedidos aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente por atuários independentes por recurso ao método de unidade de crédito projetada, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2016 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procede à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A Companhia não aderiu ao novo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de emitentes com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano e denominadas na moeda de cálculo das responsabilidades. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento real dos ativos do fundo e os valores incluídos no juro líquido, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio em “outros rendimentos integrais”.

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador. Tem capital garantido. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constituiu, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de Dezembro de 2011.

A GNB Seguros Vida não tem responsabilidades legais ou construtivas com pagamentos adicionais para o plano de contribuição definida, para além dos referidos e durante o período de prestação de serviço pelo empregado.

Prémio de permanência (benefício de médio/longo prazo)

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A GNB Seguros Vida reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a GNB Seguros Vida deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a GNB Seguros Vida reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos segurados, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com a IFRS 4. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da Companhia.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prêmios

Os prêmios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prêmios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prêmios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e ainda não reportados é efetuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para sinistros são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 33).

Provisão para compromissos de taxa (“Liability adequacy test”)

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

Provisão para prêmios não adquiridos

A Provisão para prêmios não adquiridos corresponde à parte dos prêmios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

2.17. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio, estando este de acordo com os reportes internos à gestão da Companhia e à tomada de decisão.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda que se estima realizar nos próximos 12 meses, o ativo se encontrar em condição imediata de venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, aquando do reconhecimento inicial dos ativos não correntes detidos para venda, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso

um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e a deter até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição. Relativamente aos instrumentos de dívida os critérios de imparidade têm em consideração a deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, nomeadamente (i) dificuldades financeiras significativas do emitente, (ii) *default* no pagamento dos juros ou do principal, (iii) probabilidade elevada de falência ou (iv) desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm o direito de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de

Administração da GNB-Seguros Vida, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registrados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está dependente da existência de lucros tributáveis futuros, sendo que a estimativa destes resulta de determinados pressupostos e julgamentos efetuados pela Companhia.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões, sendo que as variáveis mais sensíveis, no apuramento das responsabilidades com planos de pensões são, entre outras, a taxa de desconto e idade de reforma.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registradas na rubrica contábilística “provisões técnicas”. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros, (4) provisão para compromisso de taxa e (5) provisão para prémios não adquiridos.

Quando existem sinistros declarados pelos tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia reconhece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

A atividade da Companhia encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Produtos tradicionais – produtos com o objetivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos de capitalização com participação nos resultados e *Unit Linked* – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de

reforma (PPR). São produtos com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rentabilidade financeira dos ativos;

- (iii) Produtos de capitalização sem participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos sem participação nos resultados atribuída a clientes e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo tomador de seguro; e
- (iv) Outros produtos e serviços – inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos ativos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal e em Espanha através de uma sucursal. A atividade desenvolvida em Espanha não é significativa e não cumpre os critérios de obrigatoriedade estabelecidos na IFRS 8, no que respeita à sua divulgação.

O reporte de segmentos é apresentado como segue:

Conta de Ganhos e Perdas

	2017				Total
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	8.291.050	19.762.931	-	-	28.053.981
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	6	8.674.635	-	8.674.641
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(3.401.738)	(122.916.831)	-	-	(126.318.569)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(632.008)	(1.919)	-	-	(633.927)
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	(440.356)	92.614.123	-	-	92.173.767
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(506.396)	(12.675)	-	-	(519.071)
Custos e gastos de exploração líquidos	(2.030.573)	(9.729.899)	2.122.303	(3.253.291)	(12.891.460)
Rendimentos	6.526.859	10.624.356	33.799.116	-	50.950.333
Gastos financeiro	-	(4.943.560)	-	-	(4.943.560)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.718.554	(4.699.746)	(12.297.930)	-	(12.279.122)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	528.253	(1.052.790)	5.822.970	-	5.298.433
Diferenças de câmbio	(173.657)	(754.842)	(14.106.116)	-	(15.034.615)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	3.698.867	-	-	3.698.867
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(840.876)	(1.774.363)	(5.872.486)	-	(8.487.725)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(78.934)	(2.939)	-	(81.873)
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	(7.398)	-	-	(7.398)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	12.039.113	(19.272.674)	18.139.555	(3.253.291)	7.652.703
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(40.354)	(185.363)	(12.693)	10.905	(227.505)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	3.735.297	(6.911.817)	1.175.046	(1.009.377)	(2.010.851)
Resultado líquido após impostos e antes interesses minoritários	15.734.056	(25.369.854)	19.301.398	(4.251.763)	5.414.347
Interesses Minoritários	-	-	(37.565)	-	(37.565)
Resultado líquido do exercício	15.734.056	(25.369.854)	19.264.343	(4.251.763)	5.376.782

	2016				Total
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5.960.815	15.899.676	-	-	21.860.491
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	7.307.636	-	7.307.636
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(3.578.340)	(92.529.582)	-	-	(96.107.922)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	875.639	-	-	875.639
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	21.894.306	44.296.497	-	-	66.190.803
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(235.132)	-	-	-	(235.132)
Custos e gastos de exploração líquidos	(7.652.829)	(8.412.456)	2.126.925	-	(13.938.360)
Rendimentos	191.941	23.395.356	37.455.705	391.341	61.434.343
Gastos financeiro	(1.917.444)	(728.254)	(3.037.647)	-	(5.683.345)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	31.963	12.292.319	(20.776.732)	-	(8.452.450)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(8.091)	(11.341.022)	(32.335.045)	10.464	(43.673.694)
Diferenças de câmbio	49.686	(489.774)	(5.594.850)	-	(6.034.938)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	(4.299.676)	-	-	(4.299.676)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(67.007)	(10.122.559)	(19.946.948)	-	(30.136.514)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	3	1.750	-	(12.892)	(11.139)
Outras provisões (variação)	-	-	(822.727)	-	(822.727)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	(322.553)	(322.553)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	(3.600)	-	-	(3.600)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	14.669.871	(31.175.436)	(35.621.933)	66.360	(52.061.138)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	11.801	(13.865)	(35.238)	307	(36.995)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(1.092.308)	1.283.379	3.261.861	(28.447)	3.424.484
Resultado líquido do exercício	13.589.364	(29.905.922)	(32.395.310)	38.220	(48.673.649)
Interesses Minoritários	-	-	(823.633)	-	(823.633)
Resultado líquido do exercício	13.589.364	(29.905.922)	(33.218.943)	38.220	(49.497.282)

Balanço*

2017					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	99.183	(2.002.015)	157.529.305	-	155.626.473
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	7.565	69.743	17.391.673	(847.770)	16.821.211
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.578.827	8.462.090	1.101.895.600	305.587	1.117.242.104
Ativos financeiros disponíveis para venda	641.014.064	984.824.068	1.726.361.616	2.308.415	3.354.508.163
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.293.879	18.294.729	111.026.204	63.856	139.678.668
Terrenos e Edifícios	123.000	36.595.546	366.989.744	15.808.355	419.516.645
PASSIVO					
Provisões Técnicas	45.050.883	1.325.752.527	-	-	1.370.803.410
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	3.056.550.311	-	3.056.550.311
2016					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.661.691	18.006.943	96.708.573	1.148.794	132.526.001
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(52.078)	(487.933)	12.460.630	(1.007.531)	10.903.088
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.975.343	30.896.526	1.155.143.761	2.875.748	1.190.897.178
Ativos financeiros disponíveis para venda	187.787.304	1.382.545.663	2.045.591.428	2.365.218	3.618.289.613
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.795.812	78.912.764	62.581.401	65.737	145.355.714
Terrenos e Edifícios	-	178.791.351	-	15.808.354	194.599.705
PASSIVO					
Provisões Técnicas	39.693.058	1.293.612.057	261.660	-	1.333.566.775
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	3.261.980.381	-	3.261.980.381

*Apenas as rubricas afetas aos segmentos de negócio.

NOTA 5 - PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2017	2016
Prémios brutos emitidos	49.443.457	44.676.882
Prémios de resseguro cedido	(21.120.659)	(22.593.390)
Prémios líquidos de resseguro	28.322.798	22.083.492
Varição da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	(268.817)	(220.838)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(2.163)
Prémios líquidos de resseguro	28.053.981	21.860.491

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definido pela IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

Alguns indicadores relativos aos seguros de vida, podem ser analisados como segue:

	2017	2016
Tradicionalis	8.267.843	5.960.816
Capitalização com participação nos resultados	19.786.138	15.899.675
	28.053.981	21.860.491

A rubrica de prémios de resseguro cedido incluiu os valores de prémios de resseguro decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013 e mantendo-se em vigor até à extinção desta carteira.

NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissões de subscrição	44.828	46.903
Comissões de gestão	7.630.182	6.305.010
Comissões de resgate	999.631	955.723
	<u>8.674.641</u>	<u>7.307.636</u>

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Seguro direto		
Montantes pagos	(134.753.844)	(105.306.616)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(273.877)	(295.874)
Variação da provisão para sinistros	1.880.508	3.274.607
	<u>(133.147.213)</u>	<u>(102.327.883)</u>
Resseguro cedido		
Montantes pagos	5.064.445	6.509.539
Variação da provisão para sinistros	1.764.199	(289.578)
	<u>6.828.644</u>	<u>6.219.961</u>
	<u>(126.318.569)</u>	<u>(96.107.922)</u>

NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das outras provisões técnicas líquidas de resseguro diz respeito a produtos de Rendas sendo analisada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para compromissos de taxa	(633.927)	875.639
	<u>(633.927)</u>	<u>875.639</u>

NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica “Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro” inclui a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de “Participação nos resultados líquida de resseguro” respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (ver Nota 32).

NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos de aquisição		
Comissões de resgate	(31.635)	(34.973)
Comissões de subscrição	(1.514.904)	(1.103.218)
Comissões financeiras	(7.352.114)	(6.027.024)
Outros	(468.155)	(461.242)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(770.693)	(863.656)
	<u>(10.137.501)</u>	<u>(8.490.113)</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(758)
Gastos administrativos		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(2.482.598)	(4.446.822)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	(384.387)	(1.030.054)
Participação nos resultados de resseguro	113.026	29.387
	<u>(2.753.959)</u>	<u>(5.448.247)</u>
	<u>(12.891.460)</u>	<u>(13.938.360)</u>

NOTA 12 - RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	37.217.358	48.168.356
de ativos a deter até à maturidade	-	-
de terrenos e edifícios	1.335.781	1.406.053
de empréstimos concedidos e contas a receber	23.437	51.736
de depósitos em instituições de crédito	(7.839)	43.373
	<u>38.568.737</u>	<u>49.669.518</u>
Rendimentos de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	1.721.078	1.449.966
de ativos ao justo valor através de resultados	10.660.518	10.314.859
	<u>12.381.596</u>	<u>11.764.825</u>
	<u>50.950.333</u>	<u>61.434.343</u>

NOTA 13 - OUTROS GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de “Outros Gastos financeiros” inclui os custos imputados à função investimentos (ver Nota 14).

NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, exploração, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos com sinistros (ver Nota 7)	273.877	295.874
Custos de aquisição (ver Nota 11)	770.693	863.656
Custos administrativos (ver Nota 11)	2.482.598	4.446.822
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	4.943.560	5.683.345
Outras provisões	822.972	
	<u>8.470.728</u>	<u>12.112.669</u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos com pessoal (i)	1.416.621	1.997.049
Fornecimentos e serviços externos (ii)	2.793.218	2.335.581
Impostos e taxas	97.507	111.715
Depreciações e amortizações do exercício (ver notas 30, 31 e 32)	35.325	196.926
Outras provisões (iii)	331.052	2.498.818
Juros suportados (iv)	1.145.288	1.213.233
Comissões (v)	2.651.718	3.759.347
	<u>8.470.728</u>	<u>12.112.669</u>

(i) Os “Custos com o pessoal” desagregam-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos órgãos sociais	52.380	94.960
Remunerações do pessoal	1.054.455	1.400.923
Encargos sobre remunerações	259.500	353.901
Benefícios pós emprego	(16.449)	(458.193)
Seguros obrigatórios	12.942	43.742
Custos de acção social	44.582	59.870
Outros custos com o pessoal	9.211	501.846
	<u>1.416.621</u>	<u>1.997.049</u>

Em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração é desagregada da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	52.380	94.960
Benefícios pós emprego	3.987	66.253
Remunerações variáveis	-	-
	<u>56.367</u>	<u>161.213</u>

Em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, por categoria profissional, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de colaboradores do quadro permanente da GNB Seguros Vida analisa-se como segue:

	<u>2017</u>
Diretor	7
Técnico	26
Coordenador Operacional	3
Gestor Operacional	1
Gestor Técnico	1
Especialista Operacional	16
Auxiliar Geral	1
	<u>55</u>
	<u>2016</u>
Diretor	7
Técnico	25
Coordenador Operacional	2
Gestor Operacional	2
Especialista Operacional	5
Auxiliar Geral	16
	<u>58</u>

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Electricidade	101.602	84.041
Material de escritório	(134)	2.276
Artigos para oferta	60.937	119.284
Conservação e reparação	579.930	585.189
Rendas e alugueres	115.317	89.136
Despesas de representação	1.732	2.793
Comunicação	219.081	219.119
Deslocações e estadas	11.760	19.932
Seguros	210.059	26.573
Publicidade e propaganda	50.000	92.250
Limpeza, higiene e conforto	51.381	61.102
Vigilância e segurança	64.100	61.896
Trabalhos especializados	844.469	643.351
Serviços prestados	39.499	38.277
Call center	15.148	19.875
Agencias noticiosa	-	54.700
Cedência pessoal	52.475	-
Outros fornecimentos	375.862	215.787
	<u>2.793.218</u>	<u>2.335.581</u>

- (ii) A rubrica “Outras provisões” compreende na sua maioria provisões para contingências fiscais.
- (iii) Os “Juros suportados” dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pela Companhia.
- (iv) A rubrica de “Comissões” é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde foi efetuada com referência a 31 de Dezembro de 2016.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2017	2016
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,25% - 0,75% (*)	0,5% - 1,0% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,25% - 0,75% (*)	0,5% - 1,0% (*)
Taxas de rendimento do fundo	1,75% - 2,25% (*)	2,25%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	5% - 0% (*)	5% - 100% (*)
Taxa de desconto	1,75% - 2,25% (*)	2,25%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* de elevada qualidade e tem por base a *duration* das responsabilidades, obrigações essas denominadas na moeda de pagamento dos benefícios do plano.

NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como segue:

	2017			2016		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	9.395.087	(5.397.727)	3.997.360	38.103.174	(3.117.396)	34.985.778
De outros emissores	14.283.511	(1.836.774)	12.446.737	8.163.200	(502.753)	7.660.447
Ações	7.064.784	(338.381)	6.726.403	3.459.964	(14.255.113)	(10.795.149)
Outros títulos de rendimento variável	1.463.421	-	1.463.421	981.607	-	981.607
	32.206.804	(7.572.883)	24.633.921	50.707.945	(17.875.262)	32.832.683

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue:

	2017			2016		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	6.134.739	(126.813)	6.007.926	20.416.188	(8.531.859)	11.884.329
Contratos sobre taxas de juro	3.867	-	3.867	38.727	-	38.727
Contratos sobre acções/índices	25.151.196	(19.855.973)	5.295.223	155.229.229	(197.501.694)	(42.272.465)
Contratos sobre créditos	247.061	-	247.061	-	(88.610)	(88.610)
	31.536.864	(19.982.786)	11.554.077	175.684.144	(206.122.163)	(30.438.019)

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2017			2016		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9.132.908	-	9.132.908	3.815.571	(3.816.352)	(781)
De outros emissores	-	(541.202)	(541.202)	15.987.590	(15.335.808)	651.782
Ações	5.999.662	(3.805.950)	2.193.712	6.136.640	(12.905.674)	(6.769.034)
Outros títulos de rendimento variável	22.489.311	(667.979)	21.821.332	33.029.430	(57.163.782)	(24.134.352)
	<u>37.621.881</u>	<u>(5.015.131)</u>	<u>32.606.750</u>	<u>58.969.231</u>	<u>(89.221.616)</u>	<u>(30.252.385)</u>
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
	<u>4.430.681</u>	<u>(43.293.074)</u>	<u>(38.862.393)</u>	<u>57.036.003</u>	<u>(40.019.293)</u>	<u>17.016.710</u>
	<u>42.052.562</u>	<u>(48.308.206)</u>	<u>(6.255.644)</u>	<u>116.005.234</u>	<u>(129.240.909)</u>	<u>(13.235.675)</u>

NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue:

	2017	2016
Diferenças de cambio de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	(2.529.424)	(2.369.969)
de empréstimos concedidos e contas a receber	(479.933)	(647.316)
de depósitos em instituições de crédito	<u>(1.064.915)</u>	<u>629.097</u>
	<u>(4.074.272)</u>	<u>(2.388.188)</u>
Diferenças de cambio de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	(1.480)	1.523
de ativos ao justo valor através de resultados	<u>(10.958.863)</u>	<u>(3.648.273)</u>
	<u>(10.960.343)</u>	<u>(3.646.750)</u>
	<u>(15.034.615)</u>	<u>(6.034.938)</u>

NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias registadas através da alienação e reavaliação de imóveis (ver nota 29).

NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue:

	2017	2016
Ativos disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	(2.737)	(10.574.141)
Ações	(7.481.126)	(9.529.566)
Outros títulos de rendimento variável	<u>(1.003.861)</u>	<u>(10.032.807)</u>
	<u>(8.487.725)</u>	<u>(30.136.514)</u>

NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos técnicos líquidos de resseguros são analisados da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros ganhos técnicos	4.733	1.783
Outras perdas técnicas		
Fundos Pensões	(9.405)	(12.501)
Outros	(77.201)	(421)
	<u>(81.873)</u>	<u>(11.139)</u>

NOTA 22 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os outros rendimentos e gastos são analisados da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ajustamento provisão recibos por cobrar	(34.504)	(46.970)
Outros proveitos/(custos)	27.106	(275.583)
	<u>(7.398)</u>	<u>(322.553)</u>

NOTA 23 - GANHOS E PERDAS DE ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

A rubrica de “Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda” diz respeito ao registo das valias realizadas relativa a imóveis classificados como detidos para venda.

NOTA 24 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	1.653	384
Depósitos à ordem	155.624.820	132.525.617
	<u>155.626.473</u>	<u>132.526.001</u>

NOTA 25 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 são analisados da seguinte forma:

	2017				2016			
	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor
Contratos sobre taxas de câmbio								
Forward	-	-	-	-	44.939.500	781.125	-	781.125
Compra	98.561.435	1.299.633	(88.092)	1.211.541	324.600.123	713.431	(2.643.591)	(1.930.160)
Vendas	-	-	-	-	-	-	-	-
	98.561.435	1.299.633	(88.092)	1.211.541	369.539.623	1.494.556	(2.643.591)	(1.149.035)
Contratos sobre taxas de juro								
Interest Rate Swaps	826.336	-	(847.770)	(847.770)	1.963.908	-	(1.007.531)	(1.007.531)
	826.336	-	(847.770)	(847.770)	1.963.908	-	(1.007.531)	(1.007.531)
Contratos sobre ações/índices								
Equity/Index Options	261.029	53.489	-	53.489	1.633.325	116.650	(14.818)	101.832
Equity/Index Futures	77.348.172	240.816	-	240.816	53.696.931	-	-	-
	77.609.201	294.305	-	294.305	55.330.256	116.650	(14.818)	101.832
Contratos sobre créditos								
Créditos Default Swaps	43.186.234	15.027.273	(14.818)	15.012.455	86.129.993	13.203.010	(245.188)	12.957.822
	43.186.234	15.027.273	(14.818)	15.012.455	86.129.993	13.203.010	(245.188)	12.957.822
	220.183.206	16.621.211	(950.680)	15.670.531	512.963.780	14.814.216	(3.911.128)	10.903.088

A Companhia optou por registar os instrumentos financeiros detidos para negociação com justo valor negativo na rubrica “Outros passivos financeiros” (ver nota 38).

A variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontra-se explicada na nota 17.

NOTA 26 - ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	74.764.332	78.038.953
De outros emissores	505.132.950	497.286.474
Ações	59.999.223	52.466.459
Outros títulos de rendimento variável	477.345.599	563.105.292
Valor de balanço	1.117.242.104	1.190.897.178
Valor de aquisição	1.078.345.029	1.149.435.782

Ver adicionalmente a nota 17.

NOTA 27 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade ⁽²⁾	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	1.637.125.656	4.656.956	(29.335.974)	-	1.612.446.638	15.854.216	1.628.300.854
De outros emissores	1.613.670.071	39.780.844	(9.877.321)	(26.688.550)	1.616.885.044	11.908.296	1.628.793.340
Ações	135.637.700	8.821.571	(7.067.119)	(7.305.673)	130.086.479	-	130.086.479
Outros títulos de rendimento variável	390.774.186	221.675	-	(159.886.921)	231.108.940	-	231.108.940
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	3.777.207.613	53.481.046	(46.280.414)	(193.881.144)	3.590.527.101	27.762.512	3.618.289.613
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	1.561.445.672	46.189.210	(14.012.309)	-	1.593.622.573	16.445.721	1.610.068.294
De outros emissores	1.389.551.982	41.800.467	(4.275.255)	(25.872.425)	1.401.204.769	10.410.500	1.411.615.269
Ações	136.970.171	11.635.631	(2.473.608)	(11.526.620)	134.605.574	-	134.605.574
Outros títulos de rendimento variável	290.229.552	211.658	(2.721.481)	(89.500.703)	198.219.026	-	198.219.026
Saldo em 30 de Junho de 2016	3.378.197.377	99.836.966	(23.482.653)	(126.899.748)	3.327.651.942	26.856.221	3.354.508.163

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

(2) Ver adicionalmente a nota 20

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2016	156.749.211
Dotações do exercício	42.234.981
Vendas no exercício	(5.103.048)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	193.881.144
Entradas no perímetro de consolidação	(71.390.024)
Dotações do exercício	8.487.725
Vendas no exercício	(4.079.097)
Saldo em 30 de Junho de 2016	126.899.748

NOTA 28 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Outros depósitos” é analisada como segue:

	2017	2016
Depósitos a prazo - Capital	73.434.000	75.540.000
Depósitos a prazo - Juro decorrido	2.980	11.974
Outros depósitos - Capital	21.093.026	17.552.331
	94.530.006	93.104.305

A rubrica de “Empréstimos concedidos” inclui em 30 de Junho 2017 o montante de 45.084 milhares de euros de empréstimos através do Fundo Lusitano Project Finance nº 1 FTC (2016: 52.185 milhares de euros).

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis é analisado como segue:

	<u>Equipamento</u>
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2016	365.564
Adições	158.148
Alienação	(38.063)
Depreciações do exercício	(41.685)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2016	443.964
Adições	650
Alienação	(1.387)
Depreciações do exercício	(3.839)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2017	439.388

NOTA 31 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Software	9.582.617	9.591.891
Amortizações acumuladas	(9.475.576)	(9.444.091)
	107.041	147.800

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

	<u>Software</u>
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2016	661.154
Adições	30.086
Abates	(297.907)
Amortizações do exercício	(245.533)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2016	147.800
Adições	43.001
Alienações	(52.274)
Amortizações do exercício	(31.486)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2017	107.041

NOTA 32 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas da seguinte forma:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	3.447.939	(9.713)	3.438.226	3.196.409	(15.255)	3.181.154
Provisão matemática do ramo vida (i)	1.204.437.369	(1.811.776)	1.202.625.593	1.288.948.963	(2.227.314)	1.286.721.649
Provisão para sinistros (ii)	30.287.785	(5.872.080)	24.415.705	31.868.681	(4.107.881)	27.760.800
Provisão para participação nos resultados (iii)	11.969.706	(118.060)	11.851.646	7.522.315	(5.033)	7.517.282
Provisão para compromissos de taxa	2.664.334	-	2.664.334	2.030.407	-	2.030.407
	1.252.807.133	(7.811.629)	1.244.995.504	1.333.566.775	(6.355.483)	1.327.211.292

(i) A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

	2017			2016		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionalis	21.093.829	(1.811.776)	19.282.053	23.315.702	(2.227.314)	21.088.388
Capitalização com participação nos resultados	1.183.343.539	-	1.183.343.539	1.265.633.260	-	1.265.633.260
	1.204.437.368	(1.811.776)	1.202.625.592	1.288.948.962	(2.227.314)	1.286.721.648
Custos de aquisição diferidos	1	-	1	1	-	1
	1.204.437.369	(1.811.776)	1.202.625.593	1.288.948.963	(2.227.314)	1.286.721.649

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos de investimento. Nessa base, em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 39).

(ii) A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

	2017			2016		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionalis	12.916.262	(5.872.080)	7.044.182	11.117.531	(4.107.881)	7.009.650
Capitalização com participação nos resultados	17.371.523	-	17.371.523	20.751.150	-	20.751.150
	30.287.785	(5.872.080)	24.415.705	31.868.681	(4.107.881)	27.760.800

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 530 milhares de euros (2016: 557 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 30 de Junho de 2017 e ainda não reportados (IBNR).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, são apresentados como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2016	31.205.415
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	171.472.093
Anos anteriores	7.536.273
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(160.161.098)
Anos anteriores	(18.184.002)
Saldo a 31 de Dezembro 2016	31.868.681
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	125.491.543
Anos anteriores	7.681.406
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(127.836.296)
Anos anteriores	(6.917.549)
Saldo a 30 de Junho 2017	30.287.785

(iii) A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite para os exercícios findos em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2016	10.232.307
Montantes pagos	(1.331.319)
Participação nos resultados atribuída	624.815
Participação nos resultados a atribuir	(2.003.488)
Saldo a 31 de Dezembro 2016	7.522.315
Montantes pagos	(229.437)
Participação nos resultados atribuída	519.071
Participação nos resultados a atribuir	4.157.757
Saldo a 30 de Junho 2017	11.969.706

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao *shadow accounting*, o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expetável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 30 de Junho de 2017 o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* é de -5.609 milhares de euros, tendo sido -1.451 milhares de euros em 2016.

A provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2.16).

NOTA 33 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	833.799	796.710
Mediadores	15.266	18.712
	<u>849.065</u>	<u>815.422</u>
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	21.736	270.369
Contas a receber por outras operações		
Empresas relacionadas	3.563.352	32.979.798
Imposto a recuperar	17.132.005	17.132.005
Outros devedores	57.810.832	14.163.082
	<u>78.506.189</u>	<u>64.274.885</u>
	<u>79.376.990</u>	<u>65.360.676</u>
Ajustamentos de recibos por cobrar	(118.814)	(84.310)
	<u>79.258.176</u>	<u>65.276.366</u>

Os saldos de devedores por operações de seguro direto, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses com exceção das operações relativas a valores a receber da Administração Fiscal cuja maturidade é indefinida.

A rubrica de outros devedores é composta na sua maioria por pendentes de liquidação com operações realizadas com títulos.

O montante de 17.132 milhares de euros registados na rubrica de “impostos s recuperar” diz respeito a valores pagos e impugnados judicialmente relativos à eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, também denominados “*Unit linked*”, por a Administração Tributária considerar que estes rendimentos não afetam a base tributável da seguradora.

Este montante encontra-se incluído na provisão para contingências fiscais cujo total é de 29.671 milhares de euros (ver nota 41). Destes, 18 milhões de euros dizem respeito a exercícios já inspecionados e para os quais a companhia apresentou impugnação judicial respeitando, essencialmente, a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, também denominados “*Unit linked*”, por a Administração Tributária considerar que estes rendimentos não afetam a base tributável da seguradora. O restante diz respeito à eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em carteiras tradicionais por a Autoridade Tributária considerar que a GNB Seguros Vida não apresentou declaração da entidade que distribuiu os lucros que prove que a mesma cumpre as condições estabelecidas no artigo a 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990.

A variação dos ajustamentos de recibos por cobrar é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2016	60.531
Dotações/(utilizações)	23.779
Saldo a 31 de Dezembro 2016	84.310
Dotações/(utilizações)	34.504
Saldo a 30 de Junho 2017	118.814

NOTA 34 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos primeiros seis meses do exercício de 2016 e do exercício de 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 7%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros Vida que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos no balanço em 2017 e 2016 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2017	2016	2017	2016
Impostos sobre rendimentos	20.334.829	32.144.054	923.420	(0)
Outros impostos e taxas	-	(12.154.724)	1.176.254	4.425.856
Total	20.334.829	19.989.330	2.099.674	4.425.856

Os movimentos da rubrica “Ativos - impostos sobre o rendimento” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2016	26.842.876
Compensação com passivo	(36.996)
Montantes registados nos resultados	-
Montantes registados nas reservas	3.587.802
Dotação do ano	1.750.372
Saldo a 31 de dezembro 2016	32.144.054
Compensação com passivo	111.496
Montantes registados nos resultados	-
Montantes registados nas reservas	-
Pagamentos / Recebimentos	560.894
Dotação do ano	(12.481.615)
Saldo a 30 de junho 2017	20.334.829

Os movimentos da rubrica “Passivos - impostos sobre o rendimento” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2016	0
Compensação com ativo	36.996
Montantes registados nos resultados	(36.996)
Montantes registados nas reservas	0
Pagamentos efectuados	0
Saldo a 31 de dezembro 2016	0
Compensação com ativo	(111.496)
Montantes registados nos resultados	227.505
Montantes registados nas reservas	807.411
Pagamentos / Recebimentos	0
Excesso / insuficiência	0
Saldo a 30 de junho 2017	923.420

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos primeiros seis meses do exercício de 2017 e no exercício de 2016 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Imóveis	-	-	(55.296)	(55.296)	(55.296)	(55.296)
Prejuízos fiscais	18.947.152	20.390.370	(3.568.449)	(454.678)	15.378.703	19.935.692
Pensões	661.218	736.763	-	-	661.218	736.763
Investimentos Financeiros	46.847.261	45.680.076	(15.407.131)	(1.991.432)	31.440.130	43.688.644
Outros	183.430	615.688	-	(321)	183.430	615.367
Imposto diferido activo/(passivo)	66.639.061	67.422.897	(19.030.876)	(2.501.727)	47.608.185	64.921.170
Compensação de activos/passivos por impostos diferi	(19.030.876)	(2.501.727)	19.030.876	2.501.727	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	47.608.185	64.921.170	0	0	47.608.185	64.921.170

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada em Junho de 2017 foi de 26%.

A natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	2017	2016
Diferenças temporárias	32.229.482	44.985.478
Prejuízos fiscais	15.378.703	19.935.692
	47.608.185	64.921.170

A variação do imposto diferido foi reconhecida como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reconhecido nos resultados	(2.010.851)	3.424.485
Reconhecido nas reservas de justo valor	(15.904.259)	661.136
Reconhecido nos resultados transitados	602.126	384.854
Reconhecido nos interesses minoritários		
	<u>(17.312.985)</u>	<u>4.470.475</u>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2017 e 2016 explica-se como segue:

	<u>2017</u>				<u>2016</u>			
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Reconhecido nos resultados transitados	Reconhecido nos interesses minoritários	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Reconhecido nos resultados transitados	Reconhecido nos interesses minoritários
Activos financeiros	(41.561)	(12.790.488)	602.126		(4.699.938)	2.434.300	384.854	-
Pensões	(75.545)	0			(258.128)	0	-	-
Prejuízos fiscais	(1.443.218)	(3.113.771)			8.987.575	(1.773.164)	-	-
Ajustamentos de transição	0	0			12.761	0	-	-
Imóveis	(18.590)	0			(213.556)	0	-	-
Resultados transitados							-	-
Interesses minoritários							-	-
Outros	(431.937)	-			(404.229)	0	-	-
	<u>(2.010.851)</u>	<u>(15.904.259)</u>	<u>602.126</u>	<u>0</u>	<u>3.424.485</u>	<u>661.136</u>	<u>384.854</u>	<u>0</u>

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2017 e 2016 explica-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto corrente	<u>(227.505)</u>	<u>(36.996)</u>
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(567.633)	(5.563.090)
Prejuízos reportáveis	(1.443.218)	8.987.575
	<u>(2.010.851)</u>	<u>3.424.485</u>
Total do imposto registado em resultados	<u>(2.238.357)</u>	<u>3.387.489</u>

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2017 e 2016 explica-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto corrente	807.411	-
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(17.772.425)	661.136
Total do imposto registado em reservas	<u>(16.965.014)</u>	<u>661.136</u>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		7.652.703		(52.061.138)
Taxa de imposto estatutária	24,3%		21,0%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(1.859.607)		10.932.839
Provisões e outras diferenças permanentes		(109.215)		(500.833)
Diferenças temporárias		(630.978)		(45.935)
Anulação IDA por Prejuízos fiscais		0		0
Dividendos excluídos de tributação		656.113		2.390.915
Mais-valias não tributadas		0		(9.319.060)
Derrama		(199.430)		0
Tributações autónomas		(28.075)		(36.996)
Outros		(67.165)		(33.441)
		<u>(2.238.357)</u>		<u>3.387.490</u>

NOTA 35 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros acréscimos de proveitos	-	-
Gastos diferidos	780.569	1.448.088
Total	<u>780.569</u>	<u>1.448.088</u>

A rubrica Outros acréscimos de proveitos corresponde a valores a receber da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., relativamente à prestação de serviços de gestão de carteira e contabilidade prestados pela GNB Seguros Vida.

Os gastos diferidos correspondem ao diferimento de ofertas relacionadas com a comercialização de produtos.

NOTA 36 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda são constituídos na sua totalidade por imóveis de rendimento em que foi decidida a sua venda no curto prazo como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Alhos Vedros	46.300	46.300
Setúbal	75.000	75.000
Estrada de São Brás - Loulé	60.800	60.800
Rua Timor	80.900	80.900
	<u>263.000</u>	<u>263.000</u>

A Companhia tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda.

NOTA 37 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contratos de taxa fixa	1.933.044.381	2.074.183.704
Contratos de seguros em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1.123.505.930	1.187.796.677
Total	<u>3.056.550.311</u>	<u>3.261.980.381</u>

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2016	2.571.872.522
Depósitos recebidos	10.875.831
Benefícios pagos	(491.484.607)
Reclassificações	(98.788.734)
Juro técnico do exercício	83.301.481
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	(1.592.789)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	2.074.183.704
Depósitos recebidos	1.560.262
Benefícios pagos	(167.529.156)
Reclassificações	(8.413.927)
Juro técnico do exercício	32.486.284
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	757.214
Saldo a 30 de Junho de 2017	1.933.044.381

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2016	1.383.064.864
Depósitos recebidos	48.555.666
Benefícios pagos	(250.679.460)
Rendimento	19.248.374
Encargos gestão	(12.392.767)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	1.187.796.677
Depósitos recebidos	24.148.472
Benefícios pagos	(119.887.098)
Rendimento	39.078.061
Encargos gestão	(7.630.182)
Saldo a 30 de Junho de 2017	1.123.505.930

NOTA 38 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 são apresentadas como seguem:

Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	2017		Taxa de juro atual	Maturidade
					Juro decorrido	Valor de Balanço		
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	25.726	45.025.726	1,871%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	43.601	45.043.601	3,171%	Perpétuas
Total			90.000.000	90.000.000	69.328	90.069.328		

Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	2016		Taxa de juro atual	Maturidade
					Juro decorrido	Valor de Balanço		
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	28.260	45.028.260	1,884%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	47.760	45.047.760	3,184%	Perpétuas
Total			90.000.000	90.000.000	76.020	90.076.020		

Estes empréstimos vencem juros trimestralmente à taxa Euribor 3 meses + 2,2% e Euribor 3 meses + 3,5% respetivamente para a emissão com vencimento em 2022 e para as perpétuas.

Em 30 de Junho de 2017 a taxa de juro do cupão em causa era de 1,871% para as obrigações que vencem em 2022 e 3,171% para as perpétuas.

(*) A emissão ainda se encontra designada pela denominação social à data da emissão (Tranquilidade Vida)

A rubrica “Outros passivos financeiros - Outros” é representada da seguinte forma:

	2017	2016
Outros Passivos Financeiros - Outros		
Contratos de investimento	126.851.711	130.923.688
Derivados (nota 25)	950.680	3.911.127
Outros passivos financeiros	194.083.716	72.650.772
	321.886.107	207.485.587

A rubrica de “Contratos de investimento” respeita a passivos associados a contratos de investimento em que a responsabilidade é do tomador do seguro comercializados pela T-Vida, Companhia de Seguros, sendo os ativos financeiros afetos a estes produtos geridos pela GNB Seguros Vida. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Unit Linked	Taxa Fixa	Total
Saldo em 1 de Janeiro 2016	35.254.250	110.440.474	145.694.724
Depósitos recebidos	206.022	581.395	787.417
Benefícios pagos	(4.224.153)	(15.353.222)	(19.577.375)
Rendimento/Juro técnico do exercício	151.005	3.867.917	4.018.922
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	31.387.124	99.536.564	130.923.688
Depósitos recebidos	69.461	229.207	298.669
Benefícios pagos	(2.397.680)	(4.661.082)	(7.058.762)
Rendimento/Juro técnico do exercício	829.555	1.858.561	2.688.116
Saldo a 30 de Junho de 2017	29.888.461	96.963.250	126.851.711

Os outros passivos financeiros são na sua maioria passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos abertos onde a Companhia não detinha 100% dos interesses económicos, como segue:

Empresa emitente	2017	2016
NB - Património	93.216.727	
FUNGERE	70.742.838	72.556.000
NB - Opportunity Fund	7.073.046	
NB - Global Enhancement	22.956.335	
	193.988.946	72.556.000

NOTA 39 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	252.235	94.407
Mediadores	10.165.057	14.027.399
	10.417.292	14.121.806
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	8.449.798	8.432.057
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores	14.429	20.396
Outros credores	102.727.523	69.067.455
	102.741.952	69.087.851
	121.609.042	91.641.714

A rubrica “Contas a pagar por operações de seguro direto – mediadores” corresponde a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da GNB Seguros Vida ao Novo Banco, S.A., Novo Banco dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

Os saldos de “Outros credores por operações de seguro e outras operações” têm uma maturidade inferior a 3 meses. Em 2017 o saldo desta conta incluía 50 milhões de euros relativos a outros passivos dos fundos que a GNB Seguros Vida consolida, sendo na sua maioria relacionados com adiantamentos por conta de vendas de imóveis.

NOTA 40 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica “Acréscimos e diferimentos” em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos diferidos	88.975	88.975
Benefícios a empregados - curto prazo	457.665	458.301
Outros acréscimos de gastos	33.941.400	37.751.178
	<u>34.488.040</u>	<u>38.298.454</u>

A rubrica “Benefícios a empregados - curto prazo” diz respeito a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui 30.423 milhares de euros relativos a despesas a pagar resultantes do contrato de resseguro cedido decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas a apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013.

NOTA 41 - OUTRAS PROVISÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	<u>Outras Provisões</u>
Saldo a 1 de Janeiro de 2016	27.751.486
Dotações	3.059.562
Utilização	(1.427.019)
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	29.384.029
Dotações	422.936
Utilização	(135.663)
Saldo a 30 de Junho de 2017	29.671.302

Em 2017, a rubrica de “Outras provisões” inclui o montante de 27.078 milhares de euros relativos a provisões para impostos (2015: 26.665 milhares de euros).

NOTA 42 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

O capital social autorizado da GNB Companhia de Seguros de Vida, S.A. encontrava-se representado por 50.000.000 de ações, com um valor nominal de um euros cada, as quais encontram-se subscritas e realizadas na totalidade pelo acionista Novo Banco, S.A.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos refere-se às diferenças temporárias relativas à valorização das carteiras de investimentos sem participação nos resultados e não afetos. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros da Companhia e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 26%.

Outras reservas

Incluída na rubrica “Outras Reservas” temos a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Temos também a Reserva SORIE, líquida de imposto, onde estão contabilizados os ganhos e perdas atuariais relativos ao Plano de Pensões da Companhia, em conformidade com a IAS 19 e ainda as reserva livres. (ver nota 2)

Ao longo do exercício findo em 30 de Junho de 2017, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	5.066.395	(3.111.763)	53.040.271	268.740.899
Transferencias para reservas	-	-	-	98.009.557
Alterações de justo valor	(1.320.174)	1.597.863	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	2.003.488	-	(63.844)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	5.749.709	(1.513.900)	52.976.427	366.750.456
Transferencias para reservas	-	-	-	(85.477.015)
Alterações de justo valor	69.153.680	(16.965.014)	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	(4.157.757)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2017	70.745.632	(18.478.914)	52.976.427	281.273.441

As reservas de reavaliação explicam-se, em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, como segue:

	2017	2016
Custos amortizados dos ativos financeiros disponíveis para venda	(3.378.197.377)	(3.777.207.613)
Imparidade acumulada reconhecida	126.899.748	193.881.144
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(3.251.297.629)	(3.583.326.469)
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	3.327.651.942	3.590.527.101
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda	76.354.313	7.200.632
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	76.354.313	7.200.632
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(5.608.681)	(1.450.923)
Saldo em 31 de Dezembro	70.745.632	5.749.709

Interesses minoritários

Os interesses minoritários referem-se a passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos fechado onde a Companhia não detém 100% dos interesses económicos, como segue:

Empresa emitente	2017	2016
PORTUCALE	173.659	-
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	8.434.784	9.873.788
	8.608.443	9.873.788

NOTA 43 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o montante global dos ativos e passivos da GNB Seguros Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2017				2016			
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Novo Banco, S.A.	170.566	9.760	8.526	337	418.061	10.189	6.590	569
Ativos financeiros	15.925	88	0	86	109.524	2.809	0	282
Comissões	15	9.672	8.500	-	23	7.280	6.590	-
Imóveis	153	-	-	251	204	-	-	281
Depósitos	154.420	-	26	-	308.310	-	-	6
Prestação de serviços	54	-	-	-	-	100	-	-
Fundo de Pensões	-	105	-	-	-	122	-	-
Benefícios pós-emprego	-	105	-	-	-	122	-	-
GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	-	-	4	-	8	-	2.416	-
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	4	-	-	-	2.416	-
Imóveis	-	-	-	-	8	-	-	-
GNB - Sociedade Gestora de Patrimónios, SA	42	34	1.483	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	1.483	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	42	34	-	-	-	-	-	-
Esaf - Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	7	1.500	288	-	1	-	-	-
Comissões	-	1.494	288	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	7	6	-	-	1	-	-	-
GNB SERV	-	-	15	-	-	-	(64)	-
Prestação de serviços	-	-	15	-	-	-	(64)	-
Moza Banco SA	-	-	-	-	-	-	-	23
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	23
GNB Seguros	425	197	-	-	309	-	-	216
Imóveis	32	-	-	-	135	-	-	216
Prestação de serviços	393	197	-	-	175	-	-	-
Novo Banco dos Açores	11.323	73	73	21	15.453	115	62	54
Comissões	-	73	73	-	116	115	62	-
Depósitos	11.323	-	-	21	15.337	-	-	54
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	24.749	404	403	1	20.313	1.156	726	0
Ativos financeiros	390	-	-	-	0	428	-	-
Comissões	-	404	403	-	1	728	726	-
Depósitos	24.359	-	-	1	20.311	-	-	0
ESEGUR, S.A.	-	-	61	-	-	-	35	-
Prestação de serviços	-	-	61	-	-	-	35	-
Novo Banco Espanha	7.680	16	-	3	7.363	-	-	3
Depósitos	7.680	-	-	3	7.363	-	-	3
Comissões	-	16	-	-	-	-	-	-
NOVO BANCO GESTION, SGIIC S.A. (ESPAÑA)	-	-	-	-	74	-	-	-
Ativos financeiros	-	-	-	-	74	-	-	-
ES VANGUARDA	-	-	-	-	-	-	2	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	2	-
NOVOBANCO SERVICIOS CORPORATIVOS, S.L.	-	-	-	-	-	1	24	-
Depósitos	-	-	-	-	-	-	2	-
Provisão para participação nos Resultados Seguro Vida	-	-	-	-	-	1	22	-
BES FINANCE LTD	-	-	-	-	235	-	-	6
Ativos financeiros	-	-	-	-	235	-	-	6
Total	214.792	12.090	10.854	362	461.816	11.582	9.791	870

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração. As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo "Política de Remuneração" incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão.

Durante os exercícios de 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus acionistas.

NOTA 44 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O sistema de gestão de riscos implementado na GNB Seguros Vida é transversal a toda a estrutura organizacional, estando devidamente integrado no processo de tomada de decisão e é suportado por um conjunto de políticas, procedimentos, limites e alertas que representam o enquadramento para a gestão do risco.

Compete ao Conselho de Administração definir o apetite ao risco da Companhia, os limites de tolerância face ao risco e aprovar as estratégias e as diferentes políticas de gestão de risco. Ao Departamento de Gestão de Risco que reporta diretamente ao Conselho de Administração, através do administrador do pelouro, compete assegurar, de forma independente, permanente e efetiva, um controlo sobre a gestão dos riscos inerentes à atividade, em todas as suas vertentes. O Departamento de Gestão de Risco é responsável por assegurar que existem e funcionam processos de identificação e avaliação dos riscos incorridos, de monitorização da sua evolução, que existem políticas, metodologias e procedimentos de controlo e mitigação e que os resultados obtidos são devidamente reportados aos Órgãos de Administração e Fiscalização das sociedades.

Os principais riscos incorridos pela GNB Seguros Vida são de natureza financeira, de subscrição vida e operacionais.

A integração da gestão de riscos na atividade da Companhia e nos processos de tomada de decisão desenrola-se através dos vários Comitês que reúnem periodicamente e que abrangem diversas áreas de atividade, integrando também a gestão de risco inerente a essas atividades.

Em matéria de gestão de riscos assumem igualmente relevância o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, Compliance e Serviços Essenciais e o Comité Técnico de Risco.

A. Risco Estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus órgãos da administração, existindo uma comunicação regular a todos os colaboradores da Companhia desses objetivos. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas, e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital necessário à sua prossecução.

B. Risco de Seguro

O risco específico da atividade seguradora reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez e risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de tarifação, de provisionamento e de resseguro.

O Departamento Atuariado Vida é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e diretrizes definidas, bem como envolver outros departamentos no que respeita às políticas de subscrição, *pricing*, provisionamento e resseguro dos produtos.

B.1. - Desenho e Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Em termos de viabilidade económica do contrato a adequabilidade da tarifa é testada, a priori, através de técnicas de projeção realística de cash-flows e, a posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Novas Atividades e Produtos. Este comité tem por objetivo avaliar o risco/retorno relacionado com o lançamento de novas atividades ou produtos, bem como validar todos os requisitos (documentos pré-contratuais e contratuais, materiais de publicidade, promoção, formação), procedimentos e processos relacionados.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value*, assim como o cálculo do *Traditional Embedded value* é realizado uma vez por ano pela Companhia e revistos por consultores externos.

Risco específico de Seguros

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	<u>Tábua de mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<i>Seguros em caso de vida</i>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006	GKF - 3 anos	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) Para o ano de 2016 a taxa técnica é de 1% para produtos com participação nos resultados e 1,15% para produtos sem participação no :

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

	<u>Tábua de mortalidade</u>
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

B.2. - Subscrição

Existem normas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

A Companhia dispõe de normas internas, devidamente aprovadas e divulgadas, referentes ao processo de subscrição e gestão de apólices, segmentando este processo em três grupos de produtos, os produtos financeiros, os produtos de risco associados aos produtos de crédito do distribuidor e os produtos de risco que não estão associados aos produtos de crédito (venda seca).

B.3. - Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

De referir ainda que a GNB Seguros Vida calcula o LAT (*liability adequacy test*) que permite averiguar a adequação das provisões técnicas para os produtos IFRS4.

B.4. - Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem regras claras e formalizadas respeitantes aos procedimentos e controlos na gestão dos processos de sinistros.

A Companhia tem implementado um *workflow* de sinistros, a partir do qual pode monitorizar e identificar as tarefas realizadas, em curso e pendentes, bem como monitorizar o cumprimento dos prazos e os sinistros com resolução morosa.

B.5. - Resseguro

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Conforme referido nos relatórios anteriores, a GNB Seguros Vida realizou (durante o primeiro semestre de 2013) a operação de monetização sobre grande parte da sua carteira de produtos de Vida Risco. Essa operação resultou na transferência total dos riscos dessa carteira para a *Munich Reinsurance Company*, uma das maiores resseguradoras mundiais, mantendo, no entanto, a GNB Seguros Vida a gestão dos contratos e o relacionamento com os clientes.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida como segue:

Milhares de euros		
Tipo de resseguro		
Crédito Habitação	Excedente de pleno	75.000
Outros	Excedente de pleno	75.000

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, spreads de risco de crédito, taxas de câmbio e preços de ações e imóveis.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações de alocação de ativos, bem como pelo controlo da exposição aos diversos riscos de mercado. As recomendações emitidas devem ser aprovadas pela Administração.

A Companhia calcula mensalmente indicadores que permitem monitorizar as diversas dimensões do risco de mercado.

C.1. - Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de Juro, imobiliário e de spread

Risco de variação de preços no mercado de ações:

A exposição ao mercado acionista, com o objetivo de capturar os prémios de risco historicamente apresentados por estes mercados, tem associado o risco de volatilidade nas valorizações e, conseqüentemente, nos fundos próprios da Companhia, nos resultados anuais, nos níveis de provisionamento e na participação nos resultados atribuída, em alguns produtos, aos segurados.

Para mitigar estes efeitos, a alocação a estes ativos encontra-se normalmente limitada.

Risco cambial

Os passivos da Companhia, representam responsabilidades em euros, e a maioria dos ativos detidos pela Companhia é em euros. Contudo, com o objetivo de otimizar a relação risco/retorno das suas carteiras, a Companhia assume por vezes risco cambial que, consiste essencialmente, na detenção de ativos em moeda não euro, sem efetuar a respetiva cobertura cambial. Daqui resulta que variações das taxas de câmbio podem afetar negativamente os fundos próprios e resultados anuais da Companhia.

Para mitigar estes efeitos, a alocação ativos não euro sem cobertura cambial encontra-se normalmente limitada.

Risco de variação das taxas de juro:

O risco de taxa de juro corresponde ao risco de alteração da valorização dos instrumentos de taxa (obrigações) derivado de subida ou descida das taxas de juro. Numa seguradora vida que comercializa produtos financeiros este risco está intrinsecamente ligado aos passivos, existindo uma clara interação entre ativos e passivos. Esta interação é desenvolvida no ponto abaixo sobre ALM.

Risco de imobiliário:

A exposição a imobiliário visa a obtenção de níveis de rendimento adicionais, sendo normalmente reconhecida a sua baixa correlação com outras classes de ativos. Tem associado o risco de volatilidade das valorizações e também o risco de crédito dos arrendatários.

A exposição da Companhia ao imobiliário é feita principalmente através de fundos de investimento que agregam um volume significativo e diversificado de imóveis.

Risco de Spread:

O risco de spread corresponde ao risco de alteração da valorização dos instrumentos de taxa (obrigações) que deriva da subida ou descida da componente de risco de crédito, incluída na valorização. Em função da percepção pelo mercado de um maior ou menor risco de crédito associado a determinado emitente assim o respetivo spread tende a variar conferindo volatilidade aos fundos próprios e resultados da Companhia. Do mesmo modo, maior volatilidade é normalmente associada a menor qualidade creditícia.

Para mitigar estes efeitos, a alocação a ativos com menor qualidade creditícia encontra-se normalmente limitada.

C.2. - Risco de uso de produtos derivados e similares

A utilização de produtos derivados constitui um instrumento útil na gestão das carteiras de investimento que, no entanto, acarreta alguns riscos que deverão ser controlados.

A utilização de derivados é efetuada com o objetivo de cobertura de risco e de gestão eficaz da carteira, neste caso, através da réplica, sem alavancagem dos ativos subjacentes.

Na utilização de derivados de negociação bilateral, fora de mercados organizados, releva igualmente o risco de contraparte, ou seja, o risco de incapacidade de cumprimento da contraparte relativamente aos termos acordados.

Na utilização de derivados para cobertura, principalmente, em mercados organizados, utilizando contratos padronizados, releva também o risco de base, nomeadamente, o risco da correlação entre o instrumento negociado e os ativos objeto de cobertura.

A avaliação de estratégias utilizando derivados é efetuada ao nível do Comité Financeiro, carecendo as estratégias, recomendadas pelo Comité, de aprovação pelo órgão de administração.

Ao longo do primeiro semestre de 2017 a Companhia utilizou diversas estratégias com derivados, essencialmente na componente da gestão cambial, .

C.3. - Risco ALM

Conforme referido anteriormente existe nas seguradoras vida que comercializam produtos financeiros uma forte interação entre o ativo e o passivo. Uma descida de taxas de juro afeta adversamente o rendimento obtido na carteira de obrigações com impacto potencial significativo nos resultados se, por exemplo, a carteira existente não tiver um nível de rendimento suficiente para cobrir as garantias de taxa já emitidas. Do mesmo modo, uma subida de taxas pode provocar uma aceleração das taxas de resgate dos clientes forçando a necessidade de vendas de ativos que, em virtude da subida de taxas, apresentam perdas para a seguradora, com impacto direto nos resultados.

Para mitigar estes efeitos, o gap de duração entre ativos e passivos, é o indicador, normalmente monitorizado e sujeito a limites..

D. Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de incumprimento de contrapartes relativamente às suas obrigações contratuais.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, no resseguro e em produtos derivados não negociados em mercados organizados.

A mitigação do risco de crédito é normalmente obtida através do processo de seleção de contrapartes e, pela utilização de limites da exposição a agregados como, por exemplo, uma entidade, grupo, rating, setor ou país.

E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia. Este risco está intimamente relacionado com outros riscos referenciados como, por exemplo, o risco de crédito.

Daí resulta que, na carteira de investimentos, existam limites de exposição a diversos agregados que visam mitigar o risco de concentração e que incluem limitações ao nível de emitentes, ratings, setor e país. Para a Dívida Pública estão igualmente aprovados limites de exposição.

Da mesma forma, na política de resseguro é prestada uma especial à concentração.

O risco de concentração pode igualmente derivar da política de subscrição, nomeadamente da existência de uma excessiva concentração em clientes específicos ou determinadas zonas geográficas. Neste aspeto, considerando que a principal rede de distribuição da Companhia são os balcões do Novo Banco, SA fortemente dispersos por todo o país e que, os produtos são comercializados transversalmente em todos os segmentos de clientes é convicção da Companhia que existe um elevado grau de diversificação da sua base de clientes.

F. Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade de satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas, sem assumir em perdas significativas na liquidação dos seus ativos.

A mitigação deste risco começa logo na própria seleção dos ativos que compõem as carteiras de investimento, respeitando regras e limitações acima referidos, privilegiando investimentos facilmente liquidáveis (negociados em mercado regulamentado) e assumindo princípios de diversificação.

É igualmente avaliada, numa perspetiva de longo prazo, a adequação dos vencimentos dos ativos com as melhores estimativas de exigibilidade das responsabilidades, identificando gaps de liquidez.

A Companhia calcula igualmente outros indicadores como, por exemplo, o rácio de reatividade que mede o conjunto de ativos facilmente mobilizáveis sem originar perdas significativas (definidos como ativos de maturidade reduzida ou de taxa variável).

É igualmente efetuada regularmente a monitorização do nível de resgates face aos pressupostos incorporados na melhor estimativa do passivo e face, por exemplo, a situações passadas de maior stress.

A maturidade dos ativos e passivos, a 30 de Junho de 2016 e a 31 de Dezembro de 2015, tem a seguinte composição:

	2017						
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155.626.473	-	-	-	-	-	155.626.473
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação	16.321.296	54.941	99.012	(847.770)	287	42.764	15.670.531
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	69.902.344	91.488.069	144.783.421	158.132.349	105.525.414	547.410.506	1.117.242.104
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	110.195.725	259.861.450	1.019.307.032	1.517.301.826	114.033.733	333.808.397	3.354.508.163
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	139.678.668	-	-	-	-	-	139.678.668
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.811.629	-	-	-	-	-	7.811.629
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	79.258.176	-	-	-	-	-	79.258.176
Total de Ativos	578.794.311	351.404.460	1.164.189.466	1.674.586.405	219.559.435	881.261.667	4.869.795.744
Provisões Técnicas	130.464.202	184.341.541	168.959.927	594.947.493	174.093.970	-	1.252.807.133
Passivos financeiros	142.223.738	457.165.585	1.768.439.304	489.927.075	198.794.609	-	3.056.550.311
Passivos subordinados	-	-	-	45.025.727	-	45.043.601	90.069.328
Outros passivos financeiros	321.886.107	-	-	-	-	-	321.886.107
Outros credores por operações de seguros e outras operações	121.609.042	-	-	-	-	-	121.609.042
Total de Passivos	716.183.089	641.507.126	1.937.399.231	1.129.900.295	372.888.579	45.043.601	4.842.921.921

	2016						
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	116.520.750	-	-	-	-	16.005.251	132.526.001
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação	12.053.975	-	(1.153.706)	-	247	2.573	10.903.089
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	40.875.645	133.710.539	106.427.836	210.596.701	83.558.169	615.728.288	1.190.897.178
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	123.433.638	165.642.890	1.094.471.935	1.590.694.435	93.441.221	550.605.494	3.618.289.613
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	145.355.714	-	-	-	-	-	145.355.714
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	6.355.483	-	-	-	-	-	6.355.483
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	65.276.366	-	-	-	-	-	65.276.366
Total de Ativos	509.871.571	299.353.429	1.199.746.065	1.801.291.136	176.999.637	1.182.341.606	5.169.603.444
Provisões Técnicas	67.966.331	181.867.771	230.397.402	611.404.890	200.508.977	41.421.404	1.333.566.775
Passivos financeiros	171.852.142	222.597.162	2.077.739.667	561.490.438	206.611.824	21.689.148	3.261.980.381
Passivos subordinados	-	-	-	45.028.260	-	45.047.760	90.076.020
Outros passivos financeiros	203.566.506	-	-	-	-	7.954	203.574.460
Outros credores por operações de seguros e outras operações	69.087.850	-	-	-	-	-	69.087.850
Total de Passivos	512.472.829	404.464.933	2.308.137.069	1.217.923.588	407.120.801	108.166.266	4.958.285.486

G. Risco Operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na existência de falhas na prossecução de procedimentos internos, de comportamentos das pessoas ou de sistemas informáticos, ou ainda, a ocorrência de eventos externos à organização que originam situações de perdas, potenciais ou efetivas. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar ainda problemas reputacionais, legais, regulatórios, para além de perdas financeiras diretas. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, de identificação, mitigação ou eliminação das fontes de risco, pensa ser possível ir reduzindo a exposição a este tipo de risco.

A primeira responsabilidade na gestão do risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção que deve assegurar a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional. Igualmente relevante na gestão do risco operacional é a função desempenhada pelo Compliance, na verificação da conformidade com a legislação e regulamentos em vigor, pela Auditoria no teste de eficácia dos riscos e controlos em vigor e na identificação de ações de melhoria e, ainda pela Organização no âmbito da continuidade de negócio. Existem igualmente Comitês na Companhia que abordam vários temas relacionados com o risco operacional como o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, Compliance e Serviços Essenciais e o Comité Informático, Organização e Qualidade e o Comité de Segurança.

H. Risco Reputacional

Este risco pode ser definido como o risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, ou do público em geral. Este risco, para além de risco autónomo, pode ser igualmente considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos.

A distribuição de produtos da Companhia é principalmente efetuada na rede do seu acionista único. Como resultado, qualquer evento reputacional ocorrido ao nível do seu acionista poderá afetar igualmente a reputação da Companhia, os seus proveitos e posição de mercado. De igual modo, as atividades externalizadas para outras entidades poderão igualmente afetar reputacionalmente a Companhia.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado pelo que a gestão deste risco tem sido efetuada de uma forma regular, através da implementação de diversas medidas de mitigação como a avaliação específica deste risco no âmbito do Comité de Novas Atividades e Produtos e a monitorização de indicadores quantitativos e qualitativos de reclamações.

NOTA 45 – SOLVÊNCIA

Em 1 de Janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II). Neste contexto, ao abrigo da Circular nº1/2015, de 16 de Julho, entretanto complementada pela Norma 6/2015, de 17 de Dezembro, ambas relativas aos pedidos de aprovação para utilização de medidas relativas aos requisitos quantitativos no âmbito do regime Solvência II, a GNB Vida submeteu à apreciação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) o Pedido de Aprovação para aplicação do regime transitório no respeitante às provisões técnicas e ajustamento de volatilidade, tendo em 30 de Junho de 2016, o regulador autorizado a aplicação de medidas transitórias.

A Margem de Solvência em em 30 de Junho de 2017, com a utilização das medidas transitórias aprovadas ascende a 184,65% (106,96% em 30 de Junho de 2016).